



Coordenadoria
do Curso de Letras



Universidade Federal
de São João del-Rei

MARIA ISABEL DE SOUSA PIMENTA

**Abordagens enunciativas sobre práticas pedagógicas em um
cursinho popular pré-universitário: conhecimento coletivizado,
reflexão e ação político-social**

**SÃO JOÃO DEL-REI – MG
2023**

MARIA ISABEL DE SOUSA PIMENTA

Abordagens enunciativas sobre práticas pedagógicas em um cursinho popular pré-universitário: conhecimento coletivizado, reflexão e ação político-social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria do Curso de Graduação em Letras, da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras.

Ênfase: Estudos Enunciativos; Ensino

Orientador: José Antônio Oliveira de Resende

**SÃO JOÃO DEL-REI – MG
2023**

-A boniteza da vida está na certeza da incerteza
e na coragem de começar tudo de novo quando se pensava
que já nada podíamos fazer.¶

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Aos que me leem.

Ao meu orientador, o Zé! Pela paciência, carinho e zelo com tudo que se dispõe a fazer. Pelas longas conversas em todos esses últimos anos, que foram de aprendizado para além daquilo que está dado.

À minha família, particularmente a minha mãe, irmã e irmão, pelo apoio, confiança e incentivo para que eu fosse sempre mais. Que sempre me deram a certeza de que casa são elas e ele.

À Camila *in memoriam*, que passou por essa vida de forma marcante e reverbera, todos os dias, em minha vida.

À minha família república Salto Alto, que me acolheu e acolhe. Que tenhamos uma vida longa!

À Maroca, que me têm lido de várias formas.

Aos meus amigos e amigas do curso de Letras da UFSJ, pelos infinitos diálogos e trocas pelos bares de São João.

Aos meus companheiros e companheiras do Cursinho Popular Edson Luís. Este trabalho é nosso. Os sonhos vividos com vocês não são só sonhos, são possibilidades concretas de transformar o mundo em que vivemos. Em especial à Bruna Sola, que junto acredita e nos inspira.

À Eliézia, que tanto me ajudou com paciência e carinho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar recortes teóricos sobre teorias da Semântica da Enunciação e Educação Popular e como estas se fazem presente, a partir da linguagem, em um espaço de cursinho popular pré-universitário. Este é um programa de extensão da Universidade Federal de São João del-Rei e existe há 10 anos, na atualidade é construído por educadores e educadoras populares de diferentes cursos da UFSJ. Com isso, entendemos que é pela palavra que os homens e as mulheres se encontram no mundo, e com ele, e fazem com que diferentes sentidos sejam criados para que estes possam ser mais. Desse modo, ao nos filarmos a essas teorias enxergamos a potencialidade da língua ser mediadora entre sujeitos com diferentes subjetividades dentro de uma temporalidade e assim caminharem, em coletivo, para que transformações aconteçam em diferentes espaços de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Semântica da Enunciação. Educação Popular. Cursinho Popular Edson Luís.

ABSTRACT

This research aims to present theoretical excerpts on theories of Semantics of Enunciation and Popular Education and how these are present, based on language, in a pre-university popular course space. This is an extension program of the Federal University of São João del-Rei and has existed for 10 years, and is currently built by popular educators from different UFSJ courses. With this, we understand that it is through the word that men and women meet in the world, and with it, and cause different meanings to be created so that they can be more. Thus, by joining these theories, we see the potential of language as a mediator between subjects with different subjectivities within a temporality and thus walking, collectively, so that transformations take place in different teaching-learning spaces.

Keywords: Enunciation Semantics. Popular Education. Edson Luís Popular Course.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 ENUNCIÇÃO: ABORDAGENS INICIAIS	8
2 UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR.....	13
3 CURSINHO POPULAR EDSON LUÍS: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA	17
4 ENUNCIÇÃO, ENSINO E CONHECIMENTO COLETIVIZADO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que buscou analisar abordagens da Semântica da Enunciação sobre aspectos da prática pedagógica em um cursinho popular pré-universitário de São João del-Rei – Minas Gerais, o qual faço parte desde 2020. Ao longo deste trabalho, abordam-se questões como o conhecimento coletivizado, reflexões teóricas a respeito da ação político- social presente na enunciação, a partir da mediação da linguagem.

Para tal, é realizada, em um primeiro momento, uma visada sobre alguns pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação e como esta é uma forma de se observar a linguagem a partir da subjetividade dos sujeitos envolvidos em espaços de enunciação. Assim, fez-se importante dialogarmos com os conceitos acerca de agentes, dentro da temporalidade histórica, da enunciação e como estes podem, em certa medida, propor formas de dialogar de lugares não autoritários.

Em um segundo momento, é proposto um resgate de como o conceito de Educação Popular é visto por diferentes teóricos que irão subsidiar esse trabalho e quais são as possíveis ferramentas que podem contribuir, de forma ativa, com o processo de ensino-aprendizagem. É neste momento, também, que apresentamos a construção de movimentos sociais em diálogo com a Educação Popular para que ações transformadoras da sociedade sejam pensadas a partir do coletivo.

Para que essa pesquisa fosse realizada, adotou-se como metodologia de pesquisa uma revisão bibliográfica, segundo Gil (2012), que analisa a literatura teórico-empírica nacional já desenvolvida sobre o tema.

Assim, contextualiza-se o Cursinho Popular Edson Luís (CPEL), projeto iniciado pelo movimento social Levante Popular da Juventude e, hoje, programa de extensão da Universidade Federal de São João del-Rei. Historiciza-se a construção do CPEL em 2013 até os dias atuais e como ele tem se organizado para que filhas e filhos da classe trabalhadora ingressem em universidades públicas, conscientes que são agentes da história.

Por fim, e não menos importante, é realizada uma análise de como as abordagens enunciativas, vistas com foco na linguagem, estão em interação com a Educação Popular e com a prática desta. Isso confirma a possibilidade de a língua, como mecanismo político, ser usada para libertar sujeitos oprimidos e fortalecer, com diálogo entre diferentes pessoas, as nossas noções de sentido para com o mundo.

1 ENUNCIÇÃO: ABORDAGENS INICIAIS

A linguagem é uma das características mais distintivas da espécie humana, permitindo-nos comunicar, expressar ideias e construir sentidos a partir das inúmeras interações. Dentro desse vasto campo de estudo, a Semântica da Enunciação emerge como uma abordagem essencial para compreender a natureza do significado linguístico e como ele é construído e interpretado nos espaços das significações verbais. Neste trabalho, investigaremos algumas contribuições da Semântica da Enunciação como uma ferramenta teórica que possibilita importantes reflexões a respeito de questões relativas à subjetividade dentro de um espaço de enunciação.

Um dos autores que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento epistemológico do estudo da Teoria da Enunciação foi Émile Benveniste, cuja contribuição significativa nos possibilitou um olhar sobre a enunciação como ato da língua na sua dimensão do irrepitível. Sendo assim, faz-se importante contextualizar as contribuições que foram deixadas e são, ainda hoje, muito pertinentes para analisarmos a linguagem em seu funcionamento dentro de uma perspectiva histórica enunciativa, uma vez que –o que caracteriza a linguística da enunciação é a abordagem do fenômeno enunciativo na linguagem desde um ponto de vista que considere o sujeito que enuncia (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 99).

Com base em Émile Benveniste, autor das obras "Problemas de Linguística Geral II e -Problemas de Linguística Geral II", amplamente reconhecidas como aportes teóricos relevantes para os estudos enunciativos, destacaremos algumas de suas contribuições para a Teoria da Enunciação. Benveniste adere à perspectiva saussureana em certa medida, uma vez que vai além ao abordar os níveis enunciativos, mesmo que não tenha se proposto explicitamente a explorar essa possibilidade. Culmina, então, numa expansão da visão de Saussure sobre a linguagem, incorporando, assim, a noção de enunciação e sua relação com o sujeito falante.

Benveniste, embora ancorado em alguns aspectos de Saussure, desenvolve uma abordagem distinta no nível semântico, a qual se afasta da concepção semiótica restrita à forma e sentido do signo. Enquanto a dimensão semiótica está relacionada a uma análise paradigmática, por estar ligada a forma e sentido e, assim, a significado e significante, a dimensão semântica envolve a conexão entre sintagmas que passam a ter existência própria. Essa diferenciação permite a Benveniste explorar a construção de sentidos não apenas por meio das relações formais entre unidades linguísticas, mas também considerando a dinâmica

dos arranjos sintagmáticos através das nossas comunicações por frases. Sendo assim, é importante contextualizarmos o que Benveniste (1989) descreve como a noção da semântica:

A noção da semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência, a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (BENVENISTE, 1989, p. 229).

Conforme a citação anterior, fica evidente a importância da palavra em seu funcionamento social, pois, a partir dessa compreensão, torna-se possível explorar as diversas possibilidades de sentidos que a palavra pode assumir e como essas construções semânticas contribuem para a significação e a comunicação entre os falantes.

Dessa forma, compreendemos a visão de Benveniste de que as condições de utilização das formas linguísticas, no nível semiótico, não são idênticas às condições de utilização da língua, no nível semântico. Enquanto as primeiras estão relacionadas a um uso parametrizado da língua, as últimas referem-se ao uso que o sujeito faz ao se apropriar da linguagem. As regras formais sozinhas não constituem a língua, pois esta é um instrumento do qual o indivíduo se utiliza para colocar em funcionamento as interações dentro da história. Assim, a língua, numa perspectiva semântica enunciativa, se faz por um ato individual e a enunciação, por sua vez, é o ato de se converter o uso linguístico em articulações de sentido.

Daí é que concordamos com Flores e Teixeira (2005) quando afirmam que

os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala na medida em que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambas já que emanam das duas (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 105).

É nesse campo teórico, então, que enxergamos a possibilidade de se analisarem os estudos da Teoria da Enunciação em diálogo com a Educação Popular.

As pesquisas sobre enunciação têm explorado as diversas maneiras de se lidar com a linguagem em busca de significados e representações distintos em diferentes cenários históricos. Há uma preocupação em compreender o impacto que um enunciado pode ter, levando em consideração uma série de fatores que influenciam o seu uso. A subjetividade emerge como um elemento fundamental a ser considerado e os participantes dos espaços enunciativos são reconhecidos como importantes agentes nesse processo. Dessa forma, a

língua não é vista, apenas, dentro de uma estrutura, como já foi *a priori* pensada por teóricos da linguagem, como, por exemplo, na teoria estruturalista. Esse pensamento foi, apesar de aproveitado em certos aspectos, acrescido de novas perspectivas teóricas que possibilitam entender a língua em sua materialidade, porém dentro da história. Em face disso, quando afirmamos que construímos o mundo em que vivemos a partir das relações que criamos, passamos, então, a estabelecer sentidos acerca das coisas que estão ao nosso redor e assim é possível, com a língua que agencia o falante, entender os espaços que podem ser subvertidos, já que esta é intrínseca aos sujeitos.

O conceito de agenciamento, neste trabalho, é perpassado pela ideia do acontecimento enunciativo dentro de uma temporalidade. Guimarães (2002) considera que –não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento (p. 12). Em outras palavras, a temporalização do enunciado acontece no espaço de funcionamento da língua, no qual os enunciadores são agenciados pela língua por meio de modos específicos de acesso à palavra.

Ainda quanto à temporalidade enunciativa, ela é constituída por uma memória e por uma perspectiva de atualização. Segundo Guimarães (2002), a temporalidade enunciativa

não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro (p. 14).

Portanto, os espaços enunciativos, nas suas diferentes formas, são atravessados por diversas ordens de conflitos. Guimarães (2018, p. 23-24) define o espaço de enunciação como:

espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. O espaço de enunciação é, então, um espaço político de funcionamento das línguas. O agenciamento dos falantes, enquanto tal, pelas línguas, é político, pois é necessariamente desigual (GUIMARÃES, 2018, p. 23-24).

Assim, a maneira como nos posicionamos no mundo ao estudarmos a linguagem tem uma dimensão política. Estamos constantemente influenciados por diferentes espaços de enunciação e suas transformações.

Ao suscitarmos essa disputa pela palavra, que não é neutra, faz-se necessária a reflexão de Guimarães (2002) sobre o política como um dos fundamentos da Semântica da

Enunciação. Pensando o política como um dos alicerces da Semântica da Enunciação, esse autor discute o social a partir da linguagem, apoiando-se em Rancière (1996) para refletir sobre o aspecto político na enunciação. Diferentemente de Guimarães, Rancière enfatiza primeiramente o campo social e daí busca na linguagem uma forma de elaborar a teoria que ele propõe.

Conforme Ursine (2021), apoiada também em Rancière (1996), entende que o conflito através da linguagem está interligado a uma partilha do sensível. Há dentro dessa partilha duas formas de se entender como esta é estabelecida. A primeira diz respeito a um comum compartilhado e a segunda é uma separação dentro do comum, ou uma divisão de partes exclusivas (URSINE, 2021). O comum compartilhado é a “sensibilidade que une os sujeitos, suas práticas e suas palavras a partir da ideia do consenso, e em função da harmonia do todo” (*Id. Ibidem* p. 35- 36). Já a separação dentro do comum diz respeito à “divisão em partes exclusivas, em quinhões, reguladas no uso do tempo e do espaço, nos quais as atividades são organizadas e definidas a partir de um sistema geral das posições sociais e da visibilidade dos sujeitos” (*Id. Ibidem* p. 36).

Desta forma, Ursine (2021) pondera que o conflito é estabelecido a partir de um dano que é causado por disputas e tende, assim, a romper com a –hierarquização, com a dominação, com as exclusões e desigualdades na partilha do sensível” (p. 37).

Guimarães (2002), então, reelabora a posição de Rancière, concentrando-se na ação política presente na enunciação, a qual é espaço de conflito e disputa pelo sentido através da mediação da linguagem. Guimarães entende esse espaço de desigualdades como divisão do real. Por sua vez, Ursine (2021) elabora a divisão do real como espaço que é –dividido a partir de regras de participação normatizadas (p. 38), sendo que –esta divisão do real é também dividida pela palavra que rompe com os limites entre quem pode e quem não pode ocupar lugares enunciativos (p. 38).

Daí é que se faz necessário contextualizar neste trabalho o importante uso da linguagem para romper, de forma dialógica e conscientizadora, com sistemas de dominação do sujeito. Concordamos com Foucault (2003) quando ele afirma que temos ciência dos procedimentos de exclusão em nossa sociedade, pois são nas interdições discursivas que reside o perigo do silenciamento.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: têm aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam

ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2003, p.8).

É nessas circunstâncias que iremos dialogar com os pressupostos teóricos da Educação Popular e como essa se constitui para se repensar a prática político-pedagógica dentro da sala de aula.

2 UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

Alinhados a uma perspectiva educacional, com proposições a partir da/com a linguagem, é que escolhemos, no contexto de desenvolvimento deste trabalho, dialogar, a partir dos pressupostos teóricos comentados no capítulo anterior, com alguns aspectos conceituais da constituição da Educação Popular.

Para Brandão (2012), a Educação Popular surge desde a capacidade de homens e mulheres estarem em interação culturalmente e compartilharem saberes necessários para a sobrevivência, em harmonia, de uma comunidade em diferentes condições de vida. Em face disso, as sociedades não teriam um poder separado, que comandaria tudo e todos, mas sim elas seriam o lugar do poder. Regidos pela palavra é que iriam chegar a consensos solidários, mesmo com conflitos, e assim haveria um “um pequeno mundo onde, em meio a outros símbolos de uma nova ordem, a palavra, o saber e a educação” (p. 14) existissem “entre ofícios e trocas que tornem livres todos os homens” (p. 14).

Dessa forma, a condição de ensinar e aprender está ligada a um convívio entre os iguais, aos símbolos pertencentes ao saber humano. Porém, com a divisão de classes, aliada à divisão de trabalho, é que a visão sobre a educação passa de popular para um saber educacional considerado erudito, a que poucos poderiam ter acesso, sendo que os que têm acesso são próprios das camadas dominantes. Aqueles, antes pertencentes ao ensino comunitário, passam a ser desapropriados do saber coletivo e a

educação encontra nela e nos sistemas que gera, pela primeira vez, a possibilidade de separar-se das outras práticas sociais em que esteve sempre imersa e tornar-se educação. E transformar-se em uma prática social em si mesma: um domínio de trabalho à parte, separado e, depois, oposto do/ao trabalho popular produtivo de que finalmente se liberta, ao transitar de um lugar de reprodução do saber comunitário a um lugar de um saber erudito e, conseqüentemente, de um novo tipo de poder que o saber descobre o ‘poder ser’ (BRANDÃO, 2012, p. 30).

Logo, a educação, antes exercida em um coletivo, passa a ser constituída como um sistema de agenciamento de conhecimentos com “frações restritas do saber” (BRANDÃO, 2012, p. 32). Dessa forma, o que antes se podia chamar de educação popular sofre um processo de expropriação e começa a ser considerado erudito. Brandão (2012) reflete sobre que a diferença entre um e outro não está ligada à qualidade, mas sim no fato de que um,

‘erudito’, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, ‘popular’, restou difuso

– não centralizado em uma agência de especialistas ou em um polo separado de poder – no interior da vida subalterna da sociedade (p. 33).

Logo, o que antes era considerado de ordem popular é apropriado por grupos ou pessoas de camadas opressoras.

O que podemos encontrar em alguns lugares, e até mesmo disseminado de forma errônea sobre a Educação Popular, é que esta é uma forma educacional de assistir a diferentes sujeitos das camadas populares. Aqui concordamos com Freire (1967) em que essa interpretação consiste numa visão antidialógica. Pois pode, em muitos casos de forma intencional, impor ao “homem mutismo e passividade” (p. 56), não lhe oferecendo “condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica” (p. 56).

O Cursinho Popular Edson Luís (doravante CPEL) não se encontra neste lugar de assistir as camadas populares, formadas por filhos e filhas de trabalhadoras e trabalhadores, mas sim de com eles e elas alcançar a universidade pública e de qualidade. Como veremos mais à frente, o CPEL nasce de uma iniciativa de um movimento social popular, o qual é considerado por Gohn (2013) o lugar em que a Educação Popular nasce.

Compreendemos movimentos sociais populares como –aqueles cujas práticas político-educativas acenam para um compromisso mais efetivo com a construção de uma sociabilidade alternativa ao modelo dominante, ou seja: ao modo capitalista de organização social (CALADO, 2007, p. 96). Logo, sendo presente nos movimentos sociais, a Educação Popular se propõe a articular uma nova ordem nos espaços em que se encontra.

Passamos no Brasil por diferentes iniciativas em favor de uma erradicação do letrismo a-funcional (SILVA, 2004), como a –Cruzada Nacional de Educação, a –Campanha Nacional de Educação de Adultos, o –Mobrall, entre outros, às vezes com cunho religioso ou militar. Porém, as experiências que tensionaram para mudanças concretas dessa realidade surgiram através de movimentos sociais construídos por sujeitos, em coletivo, para que todas e todos alcançassem uma autonomia no processo educativo de forma a protagonizar os processos de emancipação frente a sistemas opressores (GOHN, 2013).

De acordo com o exposto acima, foi na experiência em Angicos-Rio Grande do Norte, que Paulo Freire, acompanhado de educadoras e educadores, realizou uma experiência de alfabetização em 40 horas no ano de 1963. Elas e eles tinham como objetivo alfabetizar sujeitos adultos através de uma aproximação com a cultura predominante naquele espaço de circulação, usando como metodologia os Círculos de Cultura (LYRA, 1996).

Freire é considerado um dos mais importantes disseminadores da Educação Popular na América Latina, pois ele postula em todas as suas obras a importância de uma educação que seja emancipatória e conscientizadora no processo de ensino-aprendizagem. Haja vista que os processos educativos agenciados por instituições, regidas pelo capital, não consideram o exercício de aprendizagem dos sujeitos no meio em que vivem.

Uma das maiores inovações que se deu na metodologia de Freire tem como base o diálogo. É no encontro entre homens e mulheres e entre estes e o mundo que as significações e os sentidos são construídos para que possamos pronunciar, através do anúncio e da denúncia, as forças opressoras que impedem o sujeito de “ser mais”. Por isto, é nesse encontro pelo diálogo que se –solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado” (FREIRE, 2022, p. 109). Ou seja, esse encontro não pode se reduzir –a ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 2022, p. 109).

No encontro entre diferentes sujeitos é que nasce a possibilidade, através do diálogo, de uma construção da Educação Popular, seja em movimentos sociais, seja em ações mais pontuais, como em Angicos-RN. Por sua vez, no encontro de educadores e educadoras com educandas e educandos no CPEL construímos, em coletivo, o que hoje compreendemos como Educação Popular, pois, através dos movimentos de reflexividade sobre nossas ações, estamos intervindo de forma ética no mundo em que vivemos.

Faz-se importante apresentar, mesmo não sendo de forma metodológica, possíveis ferramentas que fazem parte das construções sobre Educação Popular. Além do diálogo, outro recurso que Freire (2021) apresenta é a compreensão de que a escuta também faz parte do processo formativo dos sujeitos que estão inseridos em espaços de educação. Assim como o diálogo, e por ele, é importante que a palavra seja escutada para fazer parte dos processos de ação-reflexão.

Esse movimento significa para Freire (2021)

disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta à abertura à fala do outro. Isso não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isso não seria *escuta*, mas autoanulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque *escuta*, sua fala discordante, sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária (p. 117, grifos do autor).

É no cerne dessas questões que construímos, nas experiências do CPEL, a consciência do inacabamento, pois onde há vida, há seres em construção e busca por “ser mais?”. Essa inquietação é construída a partir de diálogos e escuta com outros tantos sujeitos que estão no processo de transformar o mundo. Por sermos, então, inacabados e fazermos parte de um mundo que também se faz assim, é que podemos esperar com o devir, pois este não está dado.

Em face disso, podemos afirmar, assim como Freire (2021), que gostamos de ser gente,

porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu ‘destino’ não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não determinismo. Daí que insista tanto na *problematização* do futuro e recuso sua inexorabilidade (p. 52, grifo do autor).

Desse modo, compreendemos, então, que, com pressupostos linguísticos que considerem o sentido da língua dentro de uma temporalidade histórica e o diálogo, escuta e inacabamento dos sujeitos, é possível traçar interfaces na prática da Educação Popular.

Porém, antes iremos contextualizar sobre como o Cursinho Popular Edson Luís se organiza e quais são algumas das suas ações para que filhos e filhas da classe trabalhadora acessem o ensino superior público.

3 CURSINHO POPULAR EDSON LUÍS: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Ao nos assumirmos como sujeitos sócio-históricos, assumimos também a ideia de que nenhum acontecimento está ancorado em eventos neutros. Sermos educadores com intencionalidades preconiza o fato de defendermos e construirmos, em coletivo, um certo tipo de educação no Cursinho Popular Edson Luís (CPEL). Esse tipo é, então, a Educação Popular, que, como ato político com as camadas populares e a favor delas, “busca contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital” (PELOSO, 2015, p. 220). Assim, ela tem como princípio a busca pela autonomia dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, aliados a uma perspectiva da Educação Popular, faz-se necessário que este conceito seja desenvolvido e revisitado por ser visto, aqui, como uma ferramenta político-pedagógica que tem como objetivos:

- a) traduzir, divulgar e recriar o conhecimento como força material para transformar a realidade; b) construir, divulgar e acompanhar a implantação da estratégia da organização popular como resposta aos desafios do cotidiano e da história; c) qualificar quadros militantes que se dispõem a transformar, pela raiz, a estrutura do sistema capitalista, no nível político, econômico, ideológico e cultural; d) elevar o nível de consciência da classe oprimida e incorporar o povo como protagonista; e) facilitar o entendimento e a aplicação do conteúdo e da metodologia popular, comprometendo as pessoas com a multiplicação criativa (FREIRE, 2012, p.34).

Esse é o contexto do CPEL, que se propõe a que as transformações aconteçam, principalmente, pensadas e refletidas a partir da perspectiva da Educação Popular que passa, dessa forma, a ser um método freireano, e não mais um conceito que tem um fim em si mesmo.

Justamente por acreditar nessa perspectiva, a Educação Popular se diferencia do que Freire denomina como educação bancária, que, através de tendências curriculares consideradas tradicionais, tende a garantir a dominação de classes populares e cercar uma ação reflexiva sobre o mundo (FREIRE, 2022). Prática, esta, de que o CPEL se pretende como combatente não só nos espaços da sala de aula, mas também em formações e encontros críticos que o cursinho proporciona ao longo do ano, criando, assim, espaços de diálogos e reflexões sobre o mundo.

Assim sendo, é importante desenvolver a noção de sujeito. Os sujeitos, nas concepções do CPEL, são plurais. Gohn (2015) articula o propósito da Educação Popular junto aos

movimentos sociais na construção de sujeitos sociopolíticos. Desta maneira, especifica que a categoria sujeito traz a ideia de protagonismo dos indivíduos e grupos sociais inseridos no processo educativo, imprescindível na transformação concreta da realidade, uma vez que, apenas cientes de seu contexto histórico-político-cultural, esses indivíduos se tornam “agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social” (GOHN, 2015, p. 37705).

Sendo assim, a conscientização significadora desses sujeitos, educadores e educandos, para que entendam os nossos papéis políticos na sociedade, é um trabalho que tem sido realizado em diferentes espaços da construção do CPEL. Entendemos, como Brandão (2012), que

quando a educação é repensada em termos de desenvolvimento, é indispensável que se leve em conta a grande massa de marginalizados. É necessário que essa parte da população seja motivada, para que, de modo consciente, integre, participe e assuma o processo de mudança, uma vez que esse mundo adulto é detentor de capacidade de decisão, de esforço de trabalho e pensamento, não solicitados na medida de suas potencialidades (BRANDÃO, 2012, p. 71).

Com isso, neste momento é importante, então, contextualizar o Cursinho Popular Edson Luís. Ele foi criado em 2013 a partir de uma iniciativa do Levante Popular da Juventude (LPJ) e recebeu esse nome em homenagem ao estudante secundarista Edson Luís, assassinado por policiais militares durante a ditadura militar. O Levante é um movimento social que organiza a juventude brasileira através de pautas sociais, sendo que a criação de cursinhos populares espalhados pelo Brasil surge doravante a pauta de acesso ao ensino superior público pelas camadas populares (DE GRAMMONT; FERREIRA, 2021).

Sendo assim, o CPEL tem como objetivo contribuir com o acesso dos filhos e filhas de trabalhadores de classes oprimidas ao ensino superior. Tem sido reconhecido, então, como um pré-universitário pela razão dos educandos e educandas estarem inseridos e inseridas, já, dentro do contexto da Universidade Pública, no *campus* Dom Bosco, e constrói aulas durante o período letivo do ano para a prestação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

As aulas acontecem de segunda-feira a sexta-feira no Pavilhão do *campus* Dom Bosco. Começam às 19h e terminam às 22h20 devido a educandas e educandos estarem sujeitos às condições de transporte, pois o CPEL atende São João del-Rei e região. Antes de se tornar um projeto de extensão da universidade, o Cursinho já ofereceu aulas no SINDELETRO/SJDR, em uma escola no bairro Pio XII e no Centro Cultural da UFSJ, hoje denominado Quilombo Urbano, que pertence à comunidade do bairro São Dimas. Atualmente, contamos com 40

educandos e educandas de diferentes cidades, como São João del-Rei, Vitoriano Veloso (Bichinho), Tiradentes, Madre de Deus de Minas, Prados, Resende Costa entre outras. Tais alunos e alunas conseguem um atestado de matrícula oferecido pelo CPEL para que tenham direito ao ônibus gratuito disponibilizado pelas respectivas prefeituras. O Cursinho também conta com 45 educadores e educadoras; destes, apenas 3 são bolsistas pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSJ (PROEX).

Essa construção, sempre aliada à perspectiva da Educação Popular, tem, em sua maioria, jovens estudantes da UFSJ como Educadores Populares de diferentes áreas, sendo não só dos cursos de licenciatura. O CPEL se estrutura através de diferentes núcleos de atuação. No momento presente, o Cursinho é composto por 10 frentes diferentes, que são: Coordenação Político Pedagógica, Acompanhamento de Educandos, Acompanhamento de Educadores, Formação, Material Didático, Núcleo Político Pedagógico, Comunicação, Secretaria e Finanças, Biblioteca Popular e Documentário. Cada núcleo tem como responsabilidade organizar e entender, em constante diálogo, quais ações devem ser tomadas para que o funcionamento do Cursinho, aliado a perspectivas populares, não pare de trabalhar com as camadas populares para alcançar o objetivo inicial já citado aqui: o acesso de filhas e filhos da classe trabalhadora ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

O CPEL se tornou projeto de extensão na UFSJ em 2016 e, desde então, tem participado de eventos da extensão universitária. A nossa participação vem sendo através de artigos e relatos de experiência sendo socializados com toda a comunidade acadêmica sobre as ações que acontecem em favor dessa construção. Nos últimos cinco anos, o Cursinho foi premiado, nos anos de 2019, 2020 e 2021, nesses eventos, como destaque em projeto de extensão. Isso reforça, principalmente no aspecto da coletividade, que a construção tem dado certo, sendo também um lugar de se realizarem e desenvolverem pesquisas.

Além disso, o objetivo do CPEL – que filhos da classe trabalhadora ingressem em universidades públicas – tem sido alcançado com sucesso ano após ano. O Cursinho Popular Edson Luís tem, em 10 anos de atividade, mais de 50 educandos e educandas que vêm acessando o ensino superior através das aulas e discussões geradas dentro e fora do seu ambiente de ensino. Essas aprovações se dão em diferentes cursos, instituições e cidades do estado de Minas Gerais. Porém, como o nosso público é formado por moradores de diferentes regiões de São João del-Rei e de cidades próximas, a maioria desses aprovados e aprovadas acaba se tornando discentes da UFSJ.

Com isso, conseguimos viver a realidade que Paludo (2015) diz sobre a vivência dentro de um Movimento de Educação Popular e a convicção de que o conceito de Educação

Popular vai sendo formado porque propicia, “na dinâmica política e organizativa dos diferentes movimentos sociais, a vivência concreta de outro modo de relações sociais e de compreensão da realidade” (Paludo, 2015, p. 227). A realidade que tem sido constituída é a de possibilidades de mudanças estruturais a partir da inserção de filhos da classe trabalhadora no ensino superior, mas esse ingresso é fruto, também, de diversas reflexões com os educandos acerca não apenas de conteúdos programáticos, mas também de conteúdos transversais que nos cercam em nosso cotidiano.

Um momento para que esses diálogos aconteçam com muita reflexão são os Encontros Críticos proporcionados pelo Cursinho. Esse espaço foi e é pensado tentando se aproximar do que Freire (2022) entende por ‘Círculo de Cultura’, que são encontros nos quais todos os sujeitos, ao se encontrarem juntos, –re-criam criticamente o seu mundo: o antes os absorvia, agora podem ver ao revés. No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, apreende-se em “reciprocidade de consciências” (p. 15). Assim, nos Encontros Críticos os educadores, em coletivo, se organizam para propor, através de temas gerados pelos educandos em diferentes momentos, um espaço que seja de diálogo e reflexão crítica para pensar a sociedade em que vivemos e como podemos nos comprometer com as transformações que acreditamos serem possíveis. Além de ser um momento muito propositivo para que aconteça uma aproximação de temas que estão, de certa forma, sendo atravessados pela prova do ENEM, é também um espaço para se exercitar a argumentatividade e a escuta sobre aquilo que nem sempre é novidade.

Uma outra ação que se faz importante nesse trabalho, e com perspectivas positivas na Educação Popular, diz respeito ao instrumento metodológico usado pelo CPEL quanto à avaliação. A avaliação tem como objetivo uma reflexão sobre as ações realizadas durante o ano. Desse modo, no ano seguinte e já com base no que foi avaliado, torna-se possível que novos olhares, a partir das relatorias do espaço avaliativo, sejam direcionados e discutidos em coletivo para que mudanças aconteçam dentro dos espaços organizativos. Dessa forma, adotamos no Cursinho Popular o que Bellotti (2010) denomina de Grupo Focal Reflexivo, que, à luz de uma abordagem histórico-cultural, constitui-se não exclusivamente como coleta de dados, mas que a partir desses dados os sujeitos que fazem parte do processo de trabalho reflitam sobre suas ações e, assim, ressignifiquem pontos que foram dialogados durante os encontros.

Porém, ao nos apropriarmos dessa concepção teórico-metodológica, entendemos que nas atividades desenvolvidas no CPEL era necessário que uma adaptação fosse realizada. Daí, passamos a chamar o método de Grupo Focal Crítico, aproximando-se então de bases da

Educação Popular, ou seja, das perspectivas freireanas. Diferente do Grupo Focal Reflexivo, a nova metodologia de avaliação acontece durante um menor tempo e com um grupo de 6 a 8 educadores populares. Outra diferença nesse contexto é o fato de que são os próprios educadores, de um núcleo específico, o Núcleo Político Pedagógico, que conduzem os outros grupos de forma a mediar e relatar o que surge em um diálogo de aproximadamente duas horas.

Antes de esses grupos acontecerem, o núcleo que fica responsável pela mediação organiza um roteiro baseado nas ações que ocorreram durante todo o ano. Desse modo, no momento do Grupo Focal Crítico é possível refletir, em conjunto, sobre o que o Cursinho Popular Edson Luís fez. Os educadores que medeiam e relatam também são participantes das reflexões geradas nesse espaço. Após todas as discussões desses grupos acontecerem, o núcleo responsável se volta para as relatorias e organiza tudo o que foi dialogado para, então, levar para todo o coletivo as observações colhidas, através da Coordenação Político Pedagógica (CPP). Assim, todos os educadores começam a pensar e planejar sobre as possibilidades de mudanças para o ano seguinte. Dessa forma, tem-se feito possível entender, com esse instrumento metodológico de avaliação, quais são os pontos que precisam ser repensados e ressignificados na construção do CPEL.

O espaço de Coordenação Político Pedagógica é composto por todos os educadores do Cursinho. Nele acontece a socialização de quais tarefas e demandas surgem para cada núcleo que constrói o CPEL. Dessa forma, é um momento, também, de assembleia em que pautas que precisam ser decididas no coletivo são compartilhadas e refletidas para que se tenha um direcionamento no qual todas e todos estejam cientes do que está acontecendo.

Toda a construção do CPEL é feita, então, através de muito diálogo e reflexão sobre os acontecimentos que nos afetam de diferentes maneiras. Dessa forma e dentro da perspectiva de Educação Popular é que concordamos com Peloso (2012), quando ele afirma que “esta concepção de formação opta por um dos polos da luta de classe, opta por quem se dispõe a um processo de transformar, pela raiz, a estrutura da sociedade capitalista” (p. 9). É desse modo, então, que o Cursinho Popular Edson Luís, projeto de extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), se reconhece como espaço de construção da Educação Popular dentro da instituição de ensino superior.

A Semântica da Enunciação pode ser vista em conformidade com a proposta de educação assumida pelo CPEL, pois, assim como a Educação Popular, ela também se propõe a pensar como os sujeitos, situados historicamente, se tornam produtores de conhecimentos e saberes e, movidos por isso, produzem diferentes formas de ser no mundo. Em vista disso, é

importante concordarmos que somos intrínsecos à linguagem e que temos a capacidade de fazer significar, sem deixarmos de lado a história que essas construções provocam para os sentidos da palavra:

palavra e ação; não é o termo que assinala arbitrariamente um pensamento que, por sua vez, discorre separado da existência. É significação produzida pelas -práxis, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte, exânime. Palavra que diz e transforma o mundo (FREIRE, 2022, p. 28).

Assim, percebemos algumas das possibilidades de se articular a Educação Popular com os estudos sobre a linguagem, levando-se em conta o contexto de construção coletiva realizada com educandos e educadores que estão em constante formação. O capítulo seguinte abordará aspectos da relação entre a Semântica da Enunciação e os princípios teóricos que norteiam as práticas metodológicas do CPEL.

4 ENUNCIÇÃO, ENSINO E CONHECIMENTO COLETIVIZADO

Após as considerações teóricas em torno dos dois pilares norteadores deste trabalho, ou seja, a Semântica da Enunciação e a Educação Popular, faz-se importante, agora, estabelecer interfaces entre elas e certos aspectos do trabalho desenvolvido pelo Cursinho Popular Edson Luís. Dalmaschio (2013), ao abordar o acontecimento enunciativo, afirma que se trata de “algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido” (p. 57). Dessa forma, “o acontecimento faz surgir o novo, traz dentro de si uma atualidade porque ele interfere no estado de mundo, com repercussões de maior ou menor magnitude” (p. 57).

Portanto, como vimos, a Educação Popular, também mediada pelo diálogo, oportuniza o fato de que “os homens [e as mulheres] podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devir” (FREIRE, 2022, p. 128) e assim recriar o mundo em que vivemos.

Serão elencados alguns pontos de convergência entre essas teorias e os pressupostos metodológicos desenvolvidos pelo CPEL. Não se pretende aqui estabelecer parâmetros didáticos para se trabalhar com a linguagem dentro da sala de aula do referido Cursinho, mas mostrar como a linguagem pode ser mediadora de vários espaços da Educação Popular e como os sujeitos, educadores e educandos, vistos como agentes transformadores, relatam sobre a vivência no espaço de coletivização dos saberes e criam sentidos a partir dos encontros.

Dalmaschio (2013) afirma que os “grandes picos históricos operam com movimentos, às vezes, até maiores do que eles próprios, movimentos esses que, em teia, propiciam o surgimento de uma relevância que se marca socialmente” (p. 58). Pode-se, então, afirmar que o CPEL, que nasceu de um movimento social e hoje é constituído não só pelo Levante Popular da Juventude, mas também como programa de extensão da UFSJ e vinculado à rede nacional de cursinhos populares (PODEMOS+), é uma ação que movimenta e transforma a sociedade.

A exemplo disso, temos este depoimento de uma ex-educadora do CPEL, da área das Exatas:

Participar do Cursinho Popular Edson Luís como professora de matemática tem sido um desafio. Na medida em que tenho sido professora, tenho aprendido a ser. Aprendo a ouvir, aprendo a falar, aprendo a acertar, aprendo a errar, aprendo a partilhar, aprendo a conhecer, aprendo sobre minha posição nesse mundo, aprendo a determinar minha intenção, aprendo matemática... aprendo muito. Poder pensar e

construir em coletivo uma educação que tenha intenção tem me motivado a continuar e por esse motivo, por todos os aprendizados só tenho a agradecer... Educandes, companheiros de caminhada, muito obrigada! (ROCHA, *In: Boletim Popular Edson Luís – Edição Especial: Educadores*, out. 2021, p.7).

Isso confirma, como já foi comentado nesta pesquisa, a importância de algumas ferramentas da Educação Popular, quais sejam, o diálogo, a escuta e o inacabamento, serem transformadoras e consistentes para que a História se crie e recrie. E que os sujeitos se assumam, dessa forma, de acordo com o que já foi dito anteriormente, como “agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social” (GOHN, 2015, p. 37705).

Trazer essa perspectiva para o nosso trabalho se alia, também, à observação de que um enunciado se constrói a partir de outro, ou seja, apresenta um contraste e uma aproximação com o já dito para que outros possam existir. E essa é uma das responsabilidades do(a) Educador(a) Popular, uma vez que a prática de ensinar é concomitante com o ouvir e este exercício é saber respeitar a subjetividade e a autonomia do ser. Ou seja, “a dignidade de cada um é um imperativo e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 2021, p. 58).

Essas proposições partem do lugar de acolhimento, o que causa a sensação de pertencimento dentro dos movimentos sociais e da vida. Para ilustrar essa afirmação, traremos outros dois depoimentos de pessoas que já se somaram na construção do CPEL. A primeira citação é de uma ex-educadora e a segunda, de uma ex-educanda:

No cursinho me descobri educadora, aprendi que se reduzadora, no CPEL, é mais do que dar aula e dialogar com os educandos! Fui aprendendo que ser educadora também é acolher um companheiro quando é preciso, ser compreensiva — ou pelo menos tentar —, ser acolhida, pedir desculpas, tentar — ainda que dê errado—, tentar e dar certo, avaliar o processo (SILVA, *In: Boletim Popular Edson Luís – Edição Especial: Educadores*, out. 2021, p.8).

Tenho 38 anos, sou da cidade de Prados (Bichinho). Participo do cursinho do CPEL desde 2021. O CPEL pra mim é tudo, sempre tive vontade de estudar novamente pois estava fora da sala de aula a [sic] mais de 20 anos, conheci o Cursinho pela internet até então não sabia de sua existência, de quanto é gratificante esse cursinho. Fiz 3 ENEM com o apoio dos professores do cursinho vi o quanto eu evoluía a cada ENEM. Professores excelentes que estão sempre dispostos a ajudar os alunos, tive apoio, ajuda e carinho de todos. Minha gratidão ao cursinho é enorme. Passei na federal da UFSJ em Educação Física com a ajuda do CPEL (CARVALHO,2023).

De um lado, o dizer de uma ex-educadora do CPEL, expressando seu desenvolvimento como educadora proporcionado pela vivência interativa no ambiente do Cursinho. Por sua vez, um outro dizer: a ex-aluna que, após três tentativas, conseguiu ser aprovada no ENEM e

ter acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. No entanto, tais aprimoramentos não primam pelo aspecto meramente quantitativo. Eles significam mais: além das conquistas, houve transformação do ser.

A proposta de trabalho do CPEL se orienta, como já anteriormente mencionado, pela troca, pela palavra compartilhada, pela escuta ativa. É justamente nesse espaço de compartilhamento enunciativo que os sentidos são construídos por meio do funcionamento da língua que agencia seus interlocutores.

Em tais acontecimentos enunciativos nas atividades do CPEL, os enunciados assumem o perfil da temporalidade, já que se tecem conjuntamente na própria enunciação.

A metodologia de ensino construída pelo CPEL tem como característica principal a língua agenciante no reconhecimento e na constituição dos sentidos. Isso acontece no trabalho com os conteúdos curriculares, os quais não são assumidos como expressões encerradas em si mesmas, determinadas *a priori*, cabendo ao educador apenas informar e ao educando apenas receber passivamente.

A partir do momento em que os conteúdos de ensino passam a ser apresentados e discutidos, contemplando-se suas possíveis flexibilidades, procura-se aí um equilíbrio justo entre os sujeitos participantes. Como já mencionado por Guimarães (2018), a produção do sentido se dá no acontecimento e, por sua vez, este demanda o agenciamento do falante.

Os falantes - educadores e educandos -, uma vez agenciados, incorporam a natureza discursiva, transcendendo sua condição meramente física para se assumirem como instâncias do discurso. Com falantes discursivos abertos ao novo e ao memorável que pode ser mantido e ao memorável que pode se projetar como novo, o discurso do ensino se reveste de dinamismo e renovação.

Com isso, algumas interdições – mencionadas por Foucault (2003) – ao discurso dos excluídos do sistema tradicional e oficial de ensino podem ser dirimidas, tais como: o direito exclusivo do sujeito que fala: na metodologia do CPEL, o professor não é concebido como a autoridade máxima do enunciado, já que as reflexões conjuntas entre educadores e educandos são uma constante; o tabu do objeto, outra interdição discursiva, também tende a ser eliminada, pois os educandos se veem engajados na construção do sentido dos variados conteúdos trazidos para a sala de aula.

Como consequência da eliminação dessas interdições discursivas, aqueles que tradicionalmente são tidos como excluídos resgatam a noção de pertencimento social, uma vez que passam a estabelecer sentidos acerca de si mesmos e do próprio mundo. Passam,

assim, a ser falantes que simbolizam em um mundo simbolizado, dotados de condição para intervir nesse mundo, uma vez que estarão aptos para entender o que pode ser subvertido.

Tais transformações ocorrem na relação dinâmica entre o já estabelecido e o que vem a ser. Isso se ancora em Dalmaschio (2013), quando a autora enfatiza o acontecimento enunciativo como algo relacional, possível de gerar modificações naquilo que já existe.

Esse é o compromisso político, ideológico, pedagógico e metodológico do CPEL. É possível - e necessário - aprimorar os educandos e também os educadores por meio da consciência discursiva e da participação ativa do acontecimento enunciativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi proposta da pesquisa aqui apresentada abordar práticas metodológicas com ênfase na didática. Procuramos, nesse trabalho, discutir a mediação da linguagem que se faz presente nos acontecimentos enunciativos que o processo de ensino-aprendizagem proporciona.

Para isso, foram contempladas questões que trouxeram o embasamento teórico para a enunciação, mostrando-a como um acontecimento de linguagem historicizado no qual os falantes se revestem dá instância discursiva, tornando-se assim elementos próprios do discurso.

Refletiu-se, também, sobre a linguagem como mediadora no processo de apropriação do conhecimento e da possibilidade de impacto transformador no mundo.

Os parâmetros teóricos e ideológicos que subsidiam a metodologia de ensino do Cursinho Popular Edson Luís primam pela construção coletiva e discutida do conhecimento. Ou seja, os conteúdos não são tratados como uma memória definitivamente inflexível, mas sim como um memorável que é resgatado, explorando-se suas condições de se abrir para o novo. Tudo isso leva em conta o papel mediador da linguagem e as demandas na temporalidade histórica e político-social dos enunciados no processo do ensino e da aprendizagem.

Ao oportunizar a participação de educadores e educandos como agenciadores enunciativos nas reflexões sobre o conhecimento, o CPEL confere a eles o pertencimento social que os mecanismos político-ideológico oficiais dificultam.

Como já mencionado, não se pretendeu com essa pesquisa propor uma metodologia de ensino. Porém, mostramos a possibilidade de se construir uma prática de ensino inclusiva, no seu sentido mais geral, coletivizando-se o conhecimento. Uma proposta pedagógica assim tem bases consistentes para propiciar uma metodologia que tende à eficácia de seus resultados.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BELLOTTI, Adreia. O grupo focal reflexivo como instrumento metodológico na abordagem histórico-cultural: uma construção possível. **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, p. 37-52, 2010.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução e revisão técnica Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. Movimentos sociais por uma sociabilidade alternativa: enfrentamentos e apostas. *In: ALMEIDA, M. de L. P. de; JEZINE, E. (org.). Educação e movimentos sociais: novos olhares*. São Paulo: Alínea, p. 93-122, 2007.
- CARVALHO, Fernanda de Castro. Relato da Fernanda. São João del-Rei, 13 de abr de 2023. *Instagram: @cursinhoedsonluis*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cq_IOWdrUKM/>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.
- DALMASCHIO, L. **Predicação dirigida x Predicação centrada: A (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da Semântica da Enunciação**. UFMG, Tese de doutorado, 2013, 170p.
- DE GRAMMONT, Maria Jaqueline; FERREIRA, Lorrana Nascimento. A experiência político pedagógica do Cursinho Popular Edson Luís durante a pandemia do novo coronavírus. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 1, p. 91- 106, 2021.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. Educação Popular e trabalho popular. *In: PELOSO, Ranulfo (org.). Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. A Relação Entre a Educação Popular e os Movimentos Sociais. *In: XII Congresso Nacional de Educação, 2015, Curitiba. Anais do XII Congresso Nacional de Educação*. Curitiba: PUCPR, 2015.
- GOHN, Maria da Gloria. Educação popular e movimentos sociais. *In: STRECK, D.R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, p. 33-48, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: Enunciação e Sentido. Campinas: Pontes, 2018.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: Uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos Cedex**, v. 35, p. 219-238, 2015.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

ROCHA, Letícia Arantes. Cursinho Popular Edson Luís. *In*: **Boletim Popular Edson Luís – Edição Especial: Educadores**. São João del-Rei, MG, 2021, p.7.

SILVA, Nilce da. Da inadequação do termo -analfabetismo e da necessidade de novos conceitos para a compreensão do aprendizado da leitura e da escrita em língua portuguesa. **Millenium**, p. 157-161, 2004.

SILVA, Nara Marques da. Cursinho Popular Edson Luís. *In*: **Boletim Popular Edson Luís – Edição Especial: Educadores**. São João del-Rei, MG, 2021, p.8.

URSINE, Leânia. **O político no Acontecimento Enunciativo**: a palavra vadia e seus movimentos de (re) significação. 2021. 96 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021.